

Limites e possibilidades de uma economia do conhecimento

Miguez, Pablo. *Trabalho e valor no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. (prelo)

*Resenha por Carolina Salomão*¹⁵²

Quais os limites e as possibilidades da consolidação de uma economia baseada no conhecimento? Essa indagação conduz o trabalho de reflexão empreendido por Pablo Miguez em “*Trabalho e valor no capitalismo contemporâneo*”. O autor parte da constatação de que vivemos uma nova etapa do capitalismo onde o conhecimento desempenha papel central na geração direta de valor. Na passagem da grande Indústria à fábrica pós-fordista, a lei do valor fundada no tempo de trabalho demonstra-se incapaz de dar conta de processos de valorização do capital cada vez mais baseados no conhecimento e na circulação, isto é, na mobilização de todo o tempo de vida, dos próprios processos de produção de subjetividade. As inovações técnicas científicas convergem para emergência de uma lógica de autovalorização do capitalismo contemporâneo.

Assim, o trabalho de Pablo Miguez se estrutura em torno das contradições e pertinência do binômio *trabalho e valor* no contexto do capitalismo contemporâneo. Trata-se de um trabalho de investigação que se situa na crise do capitalismo industrial tendo como marco da análise a ruptura da lógica da geração de valor. À simples superação do capitalismo industrial, Miguez contrapõe o desenvolvimento de uma nova lógica de valorização que coaduna antigas práticas e inovações tecnológicas e científica nas dinâmicas produtivas. Pablo realiza um minucioso trabalho de recuperação e análise das transformações do capitalismo, da sua fase mercantil à cognitiva com especial enfoque no crescente papel do conhecimento nos processos de trabalho e geração de valor.

Nas primeiras linhas, o autor empreende uma recuperação histórica dos conceitos e uma interlocução com pensadores marxistas do século XX, no esforço de reconstruir a questão da forma valor no contexto do capitalismo industrial. Para esse fim, Pablo se debruça sobre as múltiplas interpretações acerca da teoria da lei valor (e trabalho) a partir do diálogo com o pensamento de Isaak Rubin, Alfred Shon Rethel, Moishe Postone, John Holloway e Antônio Negri. Não se trata, entretanto, de uma

¹⁵² Doutora em psicologia pela PUC-Rio, graduada em jornalismo pela mesma instituição. Participa da Rede Universidade Nômade.

apresentação exaustiva de conceitos; uma vez que o autor alia à sua análise teórica um estudo das mudanças dos processos de trabalho concretos. Esquematizada em torno das transformações tecnológicas e produtivas das últimas décadas, Pablo apresenta um novo regime de acumulação caracterizado pela superação de diversas distinções que marcaram o trabalho no capitalismo mercantil e industrial. O autor refere-se às separações entre tempo e espaço de trabalho/tempo e espaço de vida, assim como à distinção clássica entre trabalho intelectual e manual.

Nesse novo arranjo, conhecimento e cooperação ganham novo papel e centralidade. Pablo irá observar como a captura do conhecimento coincide com a exploração subjetiva do trabalhador, investindo integralmente a vida. A cooperação silenciosa, mecânica e o saber regulado das fábricas tayloristas dá lugar à cooperação comunicante e à apropriação e gestão do conhecimento.

Deste modo, a abordagem do autor se contrapõe a leituras e interpretações apologéticas da centralidade dos componentes cognitivos como agentes de liberdade e emancipação de uma economia fundada no conhecimento. A leitura a partir da hipótese do capitalismo cognitivo reafirma a natureza capitalista do processo de transformação e evidencia a contradição profunda que opõe a lógica do capitalismo cognitivo às condições de desenvolvimento de uma economia fundada no conhecimento. Isso porque, como ressalta Pablo nos tópicos dedicados à análise do esgotamento da lei valor, trata-se de uma economia fundada no conhecimento, mas enquadrada na lei de valor do capital. Deste modo, ao invés de favorecer o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento, bloqueiam-na com o objetivo de poder capturar o valor e o saber produzidos pelo conhecimento para transformá-los num capital, numa mercadoria fictícia. A partir dessa conversão, o capital submete a subjetividade, o conhecimento, os saberes coletivos à sua lei de acumulação.

Nesse contexto, a precarização desponta como estratégia do capital para controle e intensificação do trabalho num capitalismo onde a lei valor baseado no tempo de trabalho já não da conta. Assim, o trabalho no capitalismo cognitivo, é marcado por uma fragmentação social que se expressa na multiplicação dos estatutos do trabalho formal, na precarização dos contratos e dos vínculos e mais em geral da proteção social, culminando em uma configuração que, por um lado, reconhece a criatividade, o conhecimento e a subjetividade como principal recurso produtivo, e que por outro, restringe e captura esse mesmo potencial criativo. Deste modo, o paradoxo do capital

nesse arranjo consiste no fato que ele precisa da força criativa daquilo cujo excesso ameaça-lhe a própria existência.

Em um cenário de crises e esgotamento de modelos e ciclos, as reflexões proposta por Pablo apontam para a necessidade de criar uma nova agenda política, um novo marco de proteção social, que faça justiça à nova composição técnica do trabalho. De modo específico, trata-se de identificar as lutas necessárias – dentro e contra a regulação pós-fordista – que invistam nos elementos de mobilidade, de luta em rede, produção biopolítica, dinâmicas de autovalorização.

Os levantes metropolitanos do último ciclo de lutas, iniciado nas primaveras árabes, e a as lutas trabalhistas de diferentes categorias ao redor do globo reivindicavam a infraestrutura física e imaterial para vida social, essa que em última análise alimenta a economia biopolítica.

Pablo finaliza reconhecendo a tensão entre dois polos de evolução e desdobramentos do desenvolvimento desse capitalismo: por um lado, vemos uma ofensiva do capital nas constantes tentativas de privatizar o comum e, por outro, lutas de resistência, invenções e investimento de atualização e reapropriação das instituições do comum e por uma continuidade de renda que prescindia da atividade laborativa formal do contrato de trabalho.

Assim, trata-se mesmo de inventar novos direitos que favorecem outra relação com a atividade produtiva. No capitalismo cognitivo o antagonismo entre capital e trabalho adquire cada vez mais a forma de um antagonismo entre as instituições do comum – educação, a saúde, a segurança social, a investigação científica – e todos os elementos que permitam a existência dessa intelectualidade difusa sobre a qual se apoia a economia fundada no conhecimento.